

CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL E CONSTITUIÇÃO DE AGENTES SOCIAIS AMBIENTALISTAS: um estudo sobre as cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba (MG)

TANIA BRAGA¹

1 - Introdução

Este trabalho apresenta os principais os resultados obtidos pela pesquisa "Biodiversidade, População e Economia" em torno do tema conflitos sócio-ambientais em cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba (MG).

As questões centrais investigadas são: os conflitos de interesses em torno da questão da qualidade de vida de populações urbanas sujeitas à situações extremas de poluição e a um rígido controle político/social por parte do agente poluidor e as formas de resolução de tais conflitos.

O urbano aqui estudado guarda uma especificidade bem definida. Entre as sete cidades pesquisadas, cinco - Itabira, Barão de Cocais, João Monlevade, Timóteo e Ipatinga - são representantes da chamada cidade mono-industrial.

A pesquisa que embasou este trabalho desenvolveu-se através de mapeamentos e estudos de casos de conflitos e políticas ambientais. Na região da bacia do Piracicaba (MG) foram pesquisados sete municípios, escolhidos segundo o critério de presença de grandes empresas poluidoras.

O mapeamento dos conflitos ambientais presentes nos principais centros urbanos da bacia foi feito a partir de extensa pesquisa documental. Recorreu-se ao Ministério Público, ao Conselho Estadual de Política Ambiental(COPAM), e a arquivos dos principais jornais da região como fonte para identificação das situações socialmente reconhecidas como conflito ambiental.

¹ Economista, pesquisadora do "Programa Biodiversidade, População e Economia" CEDEPLAR/UFMG, mestranda em Ciência Ambiental/USP. Agradeço à FAPESP pelo apoio proporcionado à realização deste trabalho através da concessão de uma bolsa de mestrado.

A triagem dos casos de conflitos a serem aprofundados, aqui denominados conflitos emblemáticos, foi feita a partir de três critérios: conflitos com solução democrática, conflitos que deram origem a políticas, conflitos de grande repercussão na opinião pública local ou regional.

2 - Sociedade e Poder Sob o Signo da (Mono)Indústria

O urbano aqui estudado guarda uma especificidade bem definida. Entre as sete cidades pesquisadas, cinco - Itabira, Barão de Cocais, João Monlevade, Timóteo e Ipatinga - são representantes da chamada cidade mono-industrial.

A cidade monoindustrial é o caso particular mais agudizado da cidade industrial². A cidade industrial, segundo a caracteriza Lefebvre³, é a cidade cuja organização, ritmo e relações sociais são regidos pela indústria.

Na cidade mono-industrial este processo é potencializado e encontramos uma única grande indústria assumindo o papel de provedora das condições gerais de produção, da reprodução ampliada da força de trabalho e, conseqüentemente, da urbanização. A cidade é concebida como apenas mais uma atividade de apoio à produção industrial.

O capital exerce domínio direto sobre o processo de formação e organização do espaço, que se organiza como um espelho da fábrica. A cidade "reproduz o ambiente de trabalho em suas divisões, nas suas tensões, na sua hierarquização", e funciona "como uma extensão da fábrica, um pátio onde se estacionam máquinas fora do seu horário de uso"⁴.

A segregação espacial, que em outras cidades se dá via ação do mercado imobiliário, é na cidade mono-industrial dirigida de forma planejada pela indústria,

² Costa, Geraldo.

³ Lefebvre, Henri. El derecho a la ciudad. En las proximidades del punto crítico.

⁴ Homens em série, p. 23.

tornando-se mais evidente e fazendo surgir uma bipolarização da cidade monoindustrial em cidade pública e cidade privada.

O surgimento no interior da cidade mono-industrial de duas cidades distintas - a cidade pública e a cidade privada - tem como origem o fato de que o capital, ao implantar seu núcleo urbano, via de regra, somente se responsabiliza pela reprodução da sua força de trabalho. A cidade privada é, então, aquela planejada pela indústria, dotada de equipamentos, serviços e infra estrutura urbana, que abriga a sua mão de obra. O resto da cidade, que corresponde à cidade pública, não planejada, é fruto da chegada de fartos fluxos migratórios e possui infra estrutura precária, abrigando a parcela populacional de menor renda.

O controle da produção/organização do espaço exercido pela indústria nas cidades monoindustriais cria condições favoráveis para um controle sócio-cultural da população⁵.

Os habitantes da cidade pública foram ao longo do tempo, em sua maioria, diminuídos e desvalorizados como seres humanos. Ser "fichado"⁶ pela grande empresa representou, por muito tempo, o maior sonho dos que residiam na cidade pública. Exceto no caso das autoridades (prefeito, juiz, promotor de justiça, padre) e profissionais liberais de renome, o *status* social nas cidades estudadas era conferido pelo uniforme da empresa.

A "cultura" da empresa reinava absoluta. Era ela quem ditava as formas de comportamento socialmente aceitas, fornecia lazer e cultura - clubes, espetáculos de teatro e dança, shows musicais - para os seus. O acesso à escola, à saúde e ao abastecimento também eram proporcionados pela empresa⁷.

3 - Meio Ambiente Urbano

⁵ Esta afirmação é baseada em nossa leitura da obra de Henri Lefebvre.

⁶ Ser "fichado" significa ser admitido nos quadros da empresa.

⁷ As empresas da região possuem escolas, hospitais e cooperativas de consumo.

O meio ambiente urbano nas cidades industriais estudados é caracterizado por uma série de degradações promovidas pelos grandes complexos industriais ou minerais ali instalados e pelo rápido processo de urbanização e crescimento populacional.

Podemos dividir os problemas sócio-ambientais do urbano na região em três grandes grupos.

O primeiro grande grupo de problemas sócio-ambientais, causa da grande maioria dos conflitos mapeados, relaciona-se a questões em torno da poluição causada pelas grandes empresas instaladas na região estudada e encontra-se resumido no quadro abaixo:

Quadro 1

EMPRESA	MUNICÍPIO	SETOR	PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS
Companhias mineradoras	Santa Bárbara	mineração	Poluição hídrica, atmosférica, sonora e do solo. Descaracterização da paisagem
Cosigua	Barão de Cocais	siderurgia	Poluição hídrica, atmosférica e do solo.
CVRD	Itabira	mineração	Poluição hídrica, atmosférica, sonora e do solo. Descaracterização da paisagem
Belgo Mineira	João Monlevade	siderurgia	Poluição hídrica, atmosférica e do solo.
Acesita	Timóteo	siderurgia	Poluição hídrica, atmosférica e do solo.
Usiminas	Ipatinga	siderurgia	Poluição hídrica, atmosférica e do solo.
Cenibra	Belo Oriente	celulose	Poluição hídrica, atmosférica e do solo. Odores desagradáveis.

Um segundo grupo de problemas sócio-ambientais relaciona-se a questões em torno da qualidade coletiva de vida urbana. Entre eles podemos destacar:

- presença de áreas habitacionais de risco (sujeitas a inundações e deslizamentos);
- padrões desiguais de distribuição sócio-espacial de equipamentos urbanos;
- padrões desiguais de distribuição sócio-espacial de serviços de abastecimento de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos;
- padrões desiguais de condições de moradia;
- poluição sonora provocada por veículos;
- estética "do cinza" e "da fábrica" que domina a paisagem urbana;
- odores desagradáveis emanados pelo rio Piracicaba e pelos seus afluentes;
- insuficiência de espaços de convivência coletiva e com a natureza no interior dos núcleos urbanos.

O grande diferencial na distribuição sócio-espacial de equipamentos urbanos, condições de moradia e serviços de abastecimento de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos se dá entre cidade privada e cidade pública. Os bairros das empresas (cidade privada) apresentaram sempre um nível maior de atendimento, enquanto as cidades públicas amargam índices significativamente menores. Apesar disso, principalmente no que se refere às condições de moradia, este diferencial também pode ser sentido dentro da própria cidade privada, onde os bairros destinados aos escalões superiores da fábrica são melhor urbanizados que aqueles destinados aos operários.

O terceiro grupo de problemas sócio-ambientais do urbano na região estudada relaciona-se às pressões econômicas e populacionais sobre as suas duas importantes reservas naturais: o Parque Florestal do Rio Doce e o Parque do Caraça.

O Parque Florestal do Rio Doce sofre pressões populacionais, pois faz divisa com três cidades densamente povoadas: Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Alguns bairros destas cidades estão crescendo para dentro da área do Parque e parcela da população vizinha vem obtendo lenha para consumo doméstico através de desmatamentos em suas regiões limítrofes.

No que diz respeito ao Parque do Caraça, localizado nos municípios de Catas Altas e Santa Bárbara, a pressão é econômica. Por estar em região rica em minérios, o Parque vem sendo ameaçado por atividades de mineração no seu interior e no seu entorno.

4- Mapeamento e avaliação dos conflitos sócio-ambientais

Conflito ambiental, conforme definido pela pesquisa conduzida pelo IBASE sobre o tema, é aquele conflito social que envolve "relações de poder constitutivas do modo de apropriação e uso de elementos da natureza", no qual é reconhecida uma dimensão ambiental, e no qual estão envolvidas articulações entre atores distintos -

com seus desafios, contradições, problemas e possibilidades⁸. Nesta abordagem, o objetivo maior é desvendar "a maneira como se dão os processos decisórios, as relações de força que configuram uma dada situação de acesso ou não aos recursos"⁹.

No que diz respeito à polarização das lutas, conflito ambiental aparece a princípio, na literatura e na visão da maior parte dos ambientalistas, como sendo uma relação polarizada entre os movimentos sociais e o poder público¹⁰. Entretanto, adotamos nesta pesquisa um recorte distinto, que opõe a grande empresa poluidora à sociedade local.

Para identificar tal recorte partimos do concreto, do que era reconhecido socialmente como conflito ambiental na região estudada, daquilo que o próprio objeto de pesquisa - conflito ambiental em cidades monoindustriais - exigia. A cidade monoindustrial é um caso extremo, onde a força política da empresa (dos interesses econômicos) é maior, uma vez que esta exerce seu poder sobre o Estado e sobre a sociedade civil de forma direta, pairando absoluta sobre a vida cotidiana. Aqui é a empresa, e não o Estado, a grande receptora das demandas da população e o grande alvo de queixas de demandas não atendidas.

Nestes casos o Estado vai se colocar, nos conflitos ambientais, de um ou de outro lado em razão das alianças estabelecidas e da dinâmica de cada processo político específico, caracterizando-se ora como instituição reguladora dos conflitos, ora como agente de um de seus pólos, ora como ambos.

Trazendo a discussão para a realidade aqui analisada, o conflito ambiental na região encontra-se intimamente relacionado à contradição entre a apropriação privada dos elementos naturais e urbanos, que os transforma em recursos econômicos, e o uso coletivo dos mesmos elementos pela comunidade. Esta contradição se traduz em um conflito de interesses distintos, e por muitas vezes opostos, em torno de situações de risco ambiental. Tais interesses são, de um lado os interesses econômicos do poluidor - que não quer arcar com os custos da

⁸ CONFLITO (1995, p.112).

⁹ CONFLITO (1995, p.12).

¹⁰ CONFLITOS (1995).

eliminação/redução da poluição e da reparação/recuperação dos impactos ambientais - e de outro os interesses difusos e coletivos da sociedade - que deseja a melhoria das condições de vida da população e da qualidade do ambiente.

Se a questão central gira em torno de conflitos de interesses e de suas formas possíveis de resolução, o determinante fundamental, para a composição das forças em embate e para a resolução de tais conflitos, passa a ser o processo político. Cabe saber, para cada conflito mapeado, quais são os interesses em jogo, quem são os agentes envolvidos, como se estabelecem as alianças e como é exercido o poder político.

No que se refere aos interesses econômicos podemos identificar dois tipos de agentes envolvidos nos conflitos ambientais na região estudada.

O primeiro, e principal, grupo de agentes detectado são as grandes empresas - de setores altamente poluentes como a siderurgia, a mineração e a indústria de celulose - localizadas na Bacia. Com exceção da Cenibra¹¹ e das mineradoras de Santa Bárbara¹², as empresas da região são tipicamente (mono)indústrias. Construíram o urbano no qual se localizam e possuem um significativo histórico de dominação e exercício direto do poder político local. As alianças estabelecidas pelas empresas em torno do conflito ambiental têm como base este domínio político no plano municipal.

Um segundo grupo de agentes econômicos observado foram as companhias estatais de serviços públicos (COPASA e CEMIG em especial), que possuem forte poder político, em especial a nível estadual. As companhias municipais, embora agentes potenciais, não envolveram-se em nenhum dos casos de conflito ambiental aberto mapeados na região.

¹¹ A Cenibra optou por não constituir o seu próprio urbano, utilizando-se de um sistema próprio de transportes para apoiar as migrações pendulares Cenira/Ipatinga, Cenibra/Governador Valadares de sua mão de obra. COSTA (1995).

¹² Santa Bárbara possui várias empresas mineradoras que foram se instalando no município em épocas diferentes, sendo que a cidade data do ciclo do ouro do Brasil colonial, tendo se constituído como espaço urbano em época anterior à instalação das empresas.

O poder político exercido pelos dois grupos de agentes identificados traduz-se na composição de um campo de alianças altamente favorável aos interesses econômicos. Alianças com o poder público municipal, efetuadas através da ascendência direta que muitas destas empresas possuem sobre as prefeituras e Câmaras Municipais. Alianças com a opinião pública e a sociedade civil, baseada na inibição da formação de movimentos populares contestatórios através da imposição de uma "cultura" própria e de mecanismos de controle social da vida privada. Alianças com o poder público estadual, via poder político da composição entre companhias estatais e empresas nas Câmaras Especializadas do COPAM¹³.

No que se refere aos interesses difusos de melhoria da qualidade ambiental, podemos identificar múltiplos agentes envolvidos nos conflitos. Entre estes, alguns exercem papel de destaque na formação das alianças e na condução política do processo. Estes agentes, aqui denominados agentes catalisadores, são os responsáveis pela canalização das carências ambientais já existentes, mas não reconhecidas socialmente, e sua transformação em objetos de luta social aberta.

Os conflitos ambientais urbanos mapeados na bacia do Piracicaba (MG) no período 1977/1994, estão avaliados no quadro 2, que destaca o objeto de conflito, os agentes envolvidos, a intensidade do conflito; o tipo de catalisação dos interesses ambientais; a forma de resolução; e os resultados.

¹³ O setor empresarial, no qual incluímos as empresas estatais e as concessionárias de serviços como água e energia, vem conseguindo fazer valer seus interesses nas decisões das Câmaras Especializadas do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental). BRAGA (1996).

Quadro 2

Município	Risco ambiental objeto do conflito	Instituições reguladoras do conflito	Agentes econômicos	Agentes ambientais	Intensidade	Tipo catalisação interesses amb.	Forma de resolução	Resultados
Itabira	destruição paisagem e poluição atmosférica	Ministério Público	Companhia Vale do Rio Doce	Ministério Público, imprensa local, CODEMA	média	mista por ação conjunta/ concorrente	participativa	positivos
Santa Bárbara	poluição hídrica	COPAM	Garimpeiros	Prefeitura	média	única	não participativa	parcial
Santa Bárbara e Barão de Cocais	poluição hídrica	COPAM	Cimetal (atual Cosigua)	ONG amb., prefeitura, comunidade	alta	mista por ação conjunta/ concorrente	participativa	positivos
Santa Bárbara	capina química com elementos químicos tóxicos	COPAM Ministério Público	Cenibra	Comissão Pastoral da Terra , Ministério Público, sindicato rural CODEMA	alta	mista por alternância no tempo	-	-
Ipatinga e Timóteo	má qualidade dos serviços de água e esgotos	opinião pública poder judiciário	COPASA	prefeituras imprensa regional, ONGs amb., CODEMAs	média	única	não participativa	negativos
Ipatinga	poluição atmosférica	COPAM opinião pública	Usiminas	prefeitura, Igreja CODEMA, ONGs amb., outros movimentos sociais	alta	mista por ação conjunta/ concorrente	participativa	positivos
Belo Oriente	impactos sócio- ambientais da monocultura eucalipto	COPAM Opinião pública internacional	Cenibra	Comissão Pastoral da Terra universidade, ONGs amb.	alta	única	-	-
João Monlevade	poluição atmosférica	Ministério Público	Cia Belgo Mineira	Ministério Público	baixa	única	não participativa	parciais

O item intensidade do conflito foi avaliado em função de dois fatores: setores da sociedade envolvidos; e abrangência do conflito. Consideramos aqui seis setores - comunidade (sociedade civil não organizada), instituição reguladora/poder público, imprensa, setor produtivo, Ministério Público/poder judiciário, sociedade civil organizada - e três níveis de abrangência - local, estadual, nacional/internacional.¹⁴

A resolução do conflito pode ser participativa ou não participativa. A forma de resolução não participativa envolve resoluções burocráticas e/ou legais, bem como aquelas tomadas por um único agente presente no conflito. A forma participativa envolve decisões tomadas por um coletivo de agentes ou discutidas entre os agentes envolvidos.

No que tange aos resultados, estes foram avaliados a partir da verificação da existência em função do conflito de: superção e/ou minoração dos riscos ambientais, conscientização ambiental da população e/ou constituição de agentes ambientais. Resultados positivos correspondem à verificação dos dois itens, resultados parciais correspondem à verificação de apenas um item, e resultados negativos à verificação de nenhum dos dois itens.

A catalisação dos interesses ambientais pode ser de três tipos diferentes: catalisação única - exercida por um único agente; catalisação mista por alternância no tempo - exercida por mais de um agente em momentos temporais distintos, onde um agente dá continuidade ao trabalho já iniciado por outro; e catalisação mista por ação conjunta/concorrente - exercida por mais de um agente em um mesmo momento temporal. Entre estes, o que se mostrou mais rico, em termos de intensidade de lutas e durabilidade de alianças políticas, foi a catalisação mista por ação conjunta/concorrente.

É interessante observar as correlações entre os resultados do conflito e os outros componentes avaliados. Os três casos com resultados negativos ou parciais estão associados a catalisação única, intensidade média (2 casos) ou baixa (1 caso) de

¹⁴ A presença de 1 a 3 setores e abrangência local caracteriza uma baixa intensidade do conflito. Um conflito de média intensidade é caracterizado por três combinações: presença de 1 a 3 setores e abrangência estadual, presença de 1 a 3 setores e abrangência nacional/internacional, presença de 4 a 6 setores e abrangência local. Um conflito de alta intensidade é caracterizado pela presença de 4 a 6 setores e abrangência estadual ou nacional/internacional.

conflito e resolução não participativa. Os casos com resultados positivos estão associados a catalisação mista por ação conjunta/concorrente, intensidade alta (2 casos) ou média (1 caso) de conflito, e resolução participativa.

Estas constatações reforçam a importância da atuação dos agentes catalisadores na condução política do processo e na constituição de alianças, bem como a inefetividade das decisões não participativas, tomadas autoritariamente no interior de gabinetes. Uma outra conclusão que pode ser daqui extraída é que conflitos de maior intensidade, envolvendo uma gama mais ampla de agentes e com abrangência territorial expandida, possuem maiores chances de provocar resultados positivos que minorem/superem riscos ambientais.

5 - Constituição de agentes ambientalistas

Os agentes ambientais envolvidos nos conflitos mapeados são: os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, as Organizações Não Governamentais ambientalistas, outras ONGs, o Ministério Público¹⁵, as prefeituras, a Igreja, a imprensa local, os movimentos sociais urbanos, e a comunidade (aqui entendida como sociedade civil não organizada).

Entre estes agentes a maioria é caracterizada como agente ambiental (agente que embora não tenham a luta pela qualidade ambiental como objetivo central incorpora a questão em sua pauta de lutas). Alguns deles - como os CODEMAS, as ONGs ambientalistas e os departamentos (setores) de meio ambiente das prefeituras - podem ser caracterizados como ambientalistas, uma vez que têm como objetivo principal a luta pela preservação/melhoria da qualidade ambiental. Analisaremos agora, brevemente, os agentes ambientalistas mapeados na região¹⁶.

Os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (CODEMAs), estão presentes em cinco dos sete municípios estudados: Ipatinga, Itabira, João

¹⁵ O Ministério Público atuou na região tanto como agente ambiental quanto como agente regulador. Sua breve análise encontra-se no próximo item, 3.4, dedicado aos agentes reguladores.

¹⁶ A análise dos agentes presentes nos conflitos aqui denominados ambientais seria por demais extensiva. Por isso, analisaremos a constituição destes agentes apenas para os casos estudados em profundidade nos capítulos 4 e 6.

Monlevade¹⁷, Santa Bárbara e Timóteo. O quadro 5 ilustra a constituição destes CODEMAs, enquanto o quadro 6 os avalia resumidamente.

Quadro 3 - Constituição CODEMAs

	data	fator indutor	agentes responsáveis
Ipatinga	1991	conflito ambiental, vontade política da prefeitura, exigência lei orgânica	prefeitura, legislativo municipal, igreja, movimentos sociais urbanos
Itabira	1985	reinvidicação da população, vontade política da prefeitura	imprensa, prefeitura, faculdade
Santa Bárbara	1993	reinvidicação da população, vontade política da prefeitura	prefeitura, legislativo municipal, ONG ambientalista
Timóteo	1991	vontade política da prefeitura, exigência lei ambiental do município	prefeitura

Quadro 4 - Avaliação CODEMAs

	Ipatinga	Itabira	Santa Bárbara	Timóteo
caráter	deliberativo	consultivo	deliberativo	deliberativo
representatividade	alta	baixa	mediana	mediana
estrutura adequada a volume atividades	não	sim	não	não
atuação em controle da poluição	sim	sim	sim	sim
atuação política em conflito sócio ambiental	sim	sim	não	não
atuação em educação ambiental	sim	sim	sim	sim
relacionamento com outras instituições	intenso	intenso	ocasional	intenso

Cabe aqui tecer algumas considerações a respeito dos critérios utilizados na avaliação dos Conselhos resumida no quadro acima.

A avaliação da representatividade foi realizada a partir da consideração de dois itens. O primeiro é a existência de paridade. Sua constatação foi realizada levando-se em conta o efetivo alinhamento de cada membro do Conselho (e não sua classificação a priori como sociedade civil, Estado ou setor econômico), bem como a presença efetiva dos setores representados nas reuniões e atividades (a presença/ausência de setores pode trazer importantes mudanças na composição do Conselho afetando a sua paridade). O segundo item é a escolha das instituições membros através de um coletivo mais amplo que o próprio Conselho, e não sua nomeação burocrática (por lei ou pelo poder executivo). A existência dos dois

¹⁷ O CODEMA de João Monlevade não será aqui analisado, uma vez que encontramos dificuldades expressivas na obtenção de algumas informações chave para seu estudo.

fatores acima explicitados confere ao CODEMA uma alta representatividade, a presença de um deles representatividade mediana, e sua ausência baixa representatividade.

Para o fator estrutura avaliamos a percepção do próprio Conselho, através de questionamento direto sobre a adequação dos recursos humanos, financeiros e de infra estrutura em relação às atividades desenvolvidas.

Os itens atuação política em conflito sócio-ambiental, atuação em controle da poluição e atuação em educação ambiental foram avaliados em função de nossa leitura das entrevistas e material documental examinado em pesquisa de campo.

No que se refere ao relacionamento com outras instituições foi considerado: a frequência na troca de informações com outras instituições, a participação em outros coletivos relacionados à questão sócio-ambiental, o acompanhamento periódico de políticas ambientais implementadas pelo poder público e pelas empresas, o estabelecimento de parcerias em suas atividades.

O segundo agente a ser aqui analisados são as ONGs ambientalistas existentes na região. Inicialmente, gostaríamos de destacar os fatores indutores da criação destas ONGs.

O CDDN -Centro de Defesa dos Direitos da Natureza - nasceu em meio aos calorosos debates sobre a poluição atmosférica em Ipatinga, estando intrinsecamente relacionado ao conflito sócio-ambiental em torno desta questão. A entidade nasceu quando, em reuniões promovidas por um grupo de franciscanos sobre defesa dos direitos humanos, percebeu-se que a poluição colocava seriamente em xeque os direitos humanos no município. A partir daí, a luta pelos direitos humanos aliou-se à luta de defesa dos direitos da natureza que, algum tempo depois, viria a crescer em importância vindo a ser responsável pela maior parte da mobilização do grupo, fazendo com que uma ONG de defesa dos direitos humanos se transformasse em uma ONG ambientalista.

No caso da SOS Piracicaba, sua constituição foi o resultado de um esforço conjunto de representantes do poder legislativo municipal de vários municípios da região. O

objetivo era criar uma ONG regional que possibilitasse um trabalho conjunto dos municípios banhados pelo Rio Piracicaba em prol de sua recuperação ambiental. Tal ONG deveria congrega representantes do poder público local (executivo e legislativo) e da sociedade civil.

A criação da Fundação Relictus foi um dos desdobramentos do Programa Xerimbabo, programa de educação ambiental conduzido pela Usipa (clube esportivo e recreativo dos empregados da Usiminas). O objetivo da Fundação é desenvolver ações ligadas à preservação do Parque Florestal do Rio Doce, à pesquisa sobre fauna e flora local e à informação/conscientização da população local sobre a importância destes elementos naturais.

A APROV - Associação Progresso com Vida - foi criada no início do conflito entre a sociedade civil/prefeitura de Santa Bárbara e a Cimetal (hoje Cosigua). A partir da militância de alguns indivíduos, entre eles garimpeiros e guias turísticos, realizou-se uma ampla mobilização popular contra a poluição do Rio Santo Antônio por efluentes da Cosigua (localizada a montante de Santa Bárbara, no município de Barão de Cocais), que desembocou tanto na criação da entidade quanto no conflito mapeado.

Quadro 5 - Avaliação ONGs ambientalistas

	APROV	CDDN	Fundação Relictus	SOS Piracicaba
representatividade	baixa	alta	mediana	mediana
estrutura (infra, pessoal, financeira) adequada a volume atividades	não	não	sim	não
atuação política em conflito sócio ambiental	sim	sim	não	sim
atuação em educação ambiental	sim	sim	sim	sim
atuação em projetos de intervenção sobre a realidade ambiental	não	sim	não	não
relacionamento com outras instituições	ocasional	ocasional	ocasional	ocasional

Os critérios utilizados na avaliação de cada um dos itens do quadro acima foram similares àqueles utilizados na avaliação dos CODEMAs, com exceção do item representatividade. Os fatores utilizados na avaliação da representatividade das ONGs ambientalistas foram diversos daqueles usados para os Conselhos,

compreendendo: presença de um grande número de indivíduos com participação efetiva nos quadros da entidade, agregação em seus quadros e/ou atividades de outras entidades da sociedade civil.

O terceiro agente analisado são os setores/departamentos de meio ambiente das prefeituras municipais. Entre os sete municípios pesquisados, apenas três - Ipatinga, Itabira e Santa Bárbara - possuem setores específicos para tratar da questão ambiental.

A Coordenadoria de Controle Ambiental da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Ipatinga, mais tarde transformada em departamento, foi criada em 1989, em uma gestão do Partido dos Trabalhadores, no contexto de uma ampla reformulação administrativa do executivo municipal. As discussões sobre a montagem da máquina administrativa, que contaram com participação da sociedade civil e assessoria de técnicos em reforma urbana, concluíram pela importância da criação de um órgão executivo de política ambiental dotado de pessoal qualificado e instrumentos eficazes de gestão.

Em Itabira foi criada, em 1993, uma secretaria da Serviços Urbanos e Meio Ambiente, dentro de uma diretriz geral de governo de diversificação econômica do município. Tal diretriz exigia que Itabira possuísse instrumentos capazes de permitir a execução de políticas públicas autônomas nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento urbano.

A criação do setor de meio ambiente da Secretaria Municipal de Obras de Santa Bárbara, em 1988, foi um dos desdobramentos do conflito entre a sociedade/prefeitura de Santa Bárbara e a Cosigua. Além do conflito, determinou a criação do setor a preocupação do prefeito em "puxar para dentro da prefeitura" a mobilização em torno da questão ambiental, procurando garantir que esta não se voltasse contra o executivo municipal.

Quadro 6 - setores meio ambiente prefeituras

	Ipatinga	Itabira	Santa Bárbara
estrutura adequada a volume de atividades	sim	não	não
legislação ambiental própria	não	não	sim

principais áreas de atuação	controle poluição industrial, educação ambiental, limpeza urbana	educação ambiental, parques e jardins, limpeza urbana	parques e jardins, controle poluição por atividades mineradoras, educação ambiental
integração com outros setores da prefeitura	sim	não	sim
relacionamento com outras instituições	íntimo	ocasional	ocasional

6 - Conclusão

O trabalho de pesquisa comprovou as seguintes hipóteses centrais:

- não existem conquistas definitivas no processo de resolução de conflitos ambientais.
- a catalisação mista conjunta/concorrente dos interesses ambientalistas é aquela capaz de conduzir a maiores avanços.
- o fortalecimento do poder político dos agentes catalisadores dos interesses ambientalistas pode ser alcançado através: da estruturação e capacitação/fortalecimento institucional da sociedade civil organizada; da ampliação da participação popular no processo de tomada de decisões de forma a consolidar o Estado como canal para formulação e implementação das políticas; do fortalecimento do papel regulador do Estado.

BIBLIOGRAFIA

Braga T. Intervenção político ambiental na Bacia do Rio Piracicaba (MG). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação e Pesquisas Ambientais: Biodiversidade, População e Economia - CEDEPLAR/UFMG. Relatório Final. 1996. mimeo.

Castells M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Carvalho, I., Scotto, G. (coord.). Conflitos sócio-ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Equipe do Projeto Meio Ambiente e democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

Costa, G. M. Processo de formação do espaço das cidades monoindustriais: um estudo de caso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. Tese (mestrado) - Curso de Engenharia/UFRJ.

Lefebvre, H. El Derecho a la Ciudad. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

Monte-Mor, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos, M., Suza, M. A., Silveira, M. L. (org.). Território mobilização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994.

Monte-Mór, R., Drummond, J. C. Uma área metropolitana sem metrópole. Belo Horizonte: Fundação J. P., 4(1): 21-30 jan./mar., 1974.

Soja, E. Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory. London: New York: Verso, 1989.